



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Concurso Público

ARGO 4:

EDITOR DAS CONTAS PÚBLICAS PARA A ÁREA DE SAÚDE (MEDICINA, ODONTOLOGIA, FARMÁCIA OU FARMAGEM)

Avaliação de Potenciais



Realização:
2/2004

TARDE

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

Para receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes à Avaliação de Potenciais, e estão corretamente ordenados de **1 a 120**.

Se o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.

Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.

Utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.

Antes da avaliação, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala. A duração da avaliação é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no início da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.

Para terminar a avaliação, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local da prova.

O descumprimento ou a inobservância a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

- INFORMAÇÕES DA PROVA**
- 2/2004, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da Avaliação de Potenciais: Internet — www.cespe.unb.br e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
 - 11/12/2004 – Recursos (Avaliação de Potenciais): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
 - 2/2005 – Resultados finais da Avaliação de Potenciais e do concurso: Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Internet — www.cespe.unb.br.

INSTRUÇÕES

Este concurso será objeto de conhecimento de recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – TCE/PE, de 2/9/2004.

Contatos adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



CA
AU
SAU
ENF
Av



Aplicação:
5/1

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e vinte itens, correspondentes à Avaliação de Potenciais, e estão corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Antes da avaliação, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da avaliação é de quatro horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no início da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Para terminar a avaliação, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local da prova.
- 8 O descumprimento ou a inobservância a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDAMENTO

- I 9/12/2004
- II 10 e 11/12/2004
- III 11/1/2005

OBSE

- Não
- Infor
- É pe

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

1 O livro nos permite sempre escapar de nosso contexto espaço-temporal imediato. Em nossos dias, a leitura pressupõe uma transcendência *sui generis*, ou seja, a que se dirige ao conjunto do gênero humano, em sua infinita variedade. O homem, que hoje é possuidor de várias identidades, aprende a ser judeu com Proust, católico com 7 Greene, irlandês com Joyce, colombiano com García Márquez e, em cada um desses livros, pode fazer a aprendizagem da alteridade, identificando-se, sucessiva ou 10 simultaneamente, com cada personagem.

Sérgio Paulo Rouanet. *Do fim da cultura ao fim do livro*. In: Eduardo Portella (org.). *Reflexões sobre os caminhos do livro*. São Paulo: UNESCO-Moderna, 2003, p.76-7 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao texto acima.

- 1 Haveria transgressão das exigências da norma culta escrita se o primeiro período do texto apresentasse a seguinte redação: O livro sempre permite que escapemos de nosso contexto espaço-temporal imediato.
- 2 Se a expressão “se dirige” (l.4) for substituída por **é dirigida**, preservam-se a correção gramatical, a coerência textual e as informações originais do texto.
- 3 Em “aprende a ser judeu” (l.6), a presença de preposição é exigida pela regência da forma verbal do infinitivo “ser”.
- 4 A expressão “a aprendizagem da alteridade” (l.8-9) diz respeito à idéia de compreensão da condição e da natureza do outro, do que é diferente.

A cultura pode sobreviver, transformando-se em cultura universal. E o livro tem futuro, se renunciar a seu papel de instância formadora de identidades coletivas, homogêneas, afim de transformar-se em um instrumento para a constituição de identidades múltiplas, segundo a lógica do processo de universalização.

Idem, ibidem (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue o item abaixo.

- 5 No trecho, há três erros de grafia de palavras e um erro de pontuação.

Com relação à Constituição de Pernambuco, julgue os itens a seguir.

- 6 As contas referentes à atividade financeira desse poder não podem ser julgadas pelo TCE/PE.
- 7 Nos casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, compete ao TCE/PE aplicar aos responsáveis sanções previstas em lei, inclusive, se for o caso, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- 8 Considere a seguinte situação hipotética.
José, cumprindo pena transitada em julgado em Recife, tomou conhecimento de irregularidades em determinado contrato que envolvia recursos públicos.
Nessa situação, José, como qualquer cidadão, é parte legítima para denunciar as irregularidades perante o TCE/PE.

Quanto à Lei Orgânica do TCE/PE, julgue os itens subseqüentes.

- 9 Quando verificada ilegalidade na administração pública estadual, compete ao TCE/PE assinar prazo para que os órgãos ou entidades em questão adotem providências necessárias ao cumprimento da lei.
- 10 As deliberações do TCE/PE devem ser publicadas no Diário Oficial do Estado e formalizadas, nos termos do regimento interno, em acórdãos, decisões, pareceres, resoluções e portarias.
- 11 Nas contas julgadas regulares com ressalvas, o TCE/PE deverá aplicar sanções, conforme previsto em lei.
- 12 As contas julgadas regulares com ressalva podem ter, ou não, aplicação de multa. Quando não houver multa, o TCE/PE emitirá certificado de quitação do responsável para com o erário titular do crédito e lhe determinará a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes. Tais medidas saneadoras determinadas nas deliberações emitidas pelo tribunal vinculam o responsável à reincidência passível de cominação das sanções.
- 13 As recomendações e medidas saneadoras determinadas nas deliberações do TCE/PE vinculam o responsável, o antecessor ou o sucessor, com vistas à não reincidência passível de cominação das sanções previstas nessa lei.

De acordo com as regras constitucionais aplicáveis ao controle externo no âmbito federal, julgue os seguintes itens.

- 14 Considerando que foi constatada irregularidade em um contrato de concessão de serviço público, o Tribunal de Contas da União (TCU) dispõe de competência para sustar diretamente a execução desse contrato.
- 15 Segundo entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF), o TCU não dispõe de competência para julgar as contas dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.

Quanto à administração pública e à reforma do Estado contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 16 A “nova gestão pública” reconhece que os Estados democráticos contemporâneos têm atribuições que vão além da garantia da propriedade e dos contratos, devendo fortalecer-se para formular e implementar políticas públicas.
- 17 O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado priorizava o planejamento estratégico das organizações públicas em vez da reestruturação organizacional.
- 18 Pelo proposto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, órgãos com atribuição de fiscalização seriam considerados executores de atividades exclusivas de Estado e deveriam ser transformados em organizações sociais.

- 19 Uma das principais diferenças entre a administração pública burocrática e a administração pública gerencial reside nos mecanismos de controle. No primeiro caso a ênfase é no controle de procedimentos enquanto no segundo controlam-se os resultados.
- 20 É correto afirmar que as agências reguladoras enquadram-se, pelas suas atribuições e características, no setor implementador de “atividades exclusivas de Estado”, como um tipo de agência executiva.
- 21 A burocracia patrimonialista era o modelo clássico de administração presente nas monarquias européias do século XIX.
- 22 Formas de ingresso e promoção no serviço público baseadas em princípios meritocráticos são uma das principais inovações trazidas pela administração pública gerencial.
- 23 O termo publicização refere-se à estruturação de entidades prestadoras de serviços não-exclusivos de Estado em organizações de natureza pública não-estatal, como as organizações sociais.

Acerca do conceito e do objeto do direito constitucional e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 24 Cientificamente, não se deve confundir direito constitucional e ciência do direito constitucional, muito embora as duas expressões costumem ser empregadas de modo indistinto. No caso brasileiro, o direito constitucional positivo consiste, sobretudo, no texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.
- 25 Considerando que a Constituição brasileira protege a liberdade de profissão, são inconstitucionais as regras que impõem tempo de formatura ou idade mínima para o ingresso em carreiras como a da magistratura e a do Ministério Público.
- 26 Devido à proeminência que a Constituição da República atribuiu aos direitos e garantias fundamentais, se um cidadão impetrar mandado de segurança para proteger sua liberdade de locomoção, deverá o Poder Judiciário conceder a ordem, caso constate lesão ou ameaça de lesão ilegítimas àquele direito individual.

Com referência à organização do Estado e dos poderes, julgue os itens que se seguem.

- 27 As competências dos entes da Federação brasileira podem ser corretamente classificadas em administrativas e legislativas, conforme digam respeito à prática de atos ou à produção de normas jurídicas. De acordo com a Constituição da República, serão dos estados-membros as competências administrativas não atribuídas à União ou aos municípios.

- 28 A eleição para os titulares do Poder Executivo no Brasil é realizada pelo sistema majoritário simples para os prefeitos de municípios com menos de 200 mil habitantes e pelo sistema majoritário de dois turnos para os prefeitos dos demais municípios, para os governadores e para o presidente da República.
- 29 Os membros do Congresso Nacional têm a prerrogativa de escolher dia, hora e local para prestar depoimento, na qualidade de testemunha; se, porém, não comparecerem em juízo, poderão ser conduzidos coercitivamente.
- 30 O Poder Judiciário da União tem ramos especializados, que são a justiça do trabalho, a justiça militar e a justiça eleitoral, bem como um ramo não-especializado no que tange à matéria, a denominada justiça federal comum.

Em relação à saúde, no título da Constituição da República que rege a ordem social, julgue os seguintes itens.

- 31 A disciplina constitucional da saúde permite que, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o poder público colabore com quaisquer instituições privadas prestadoras de serviços de saúde, mediante a destinação de auxílios e subvenções, conforme o caso.
- 32 O direito à saúde, na Constituição da República, é, em certa medida, tratado como uma manifestação do princípio da igualdade.

Dispõe o parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º 8.666/1993: para os fins dessa Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da administração pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

A partir das informações do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 33 A lei em comento adotou o critério subjetivador, segundo o qual basta a presença da administração em um dos pólos para submeter o contrato ao regime do estatuto das licitações e contratos.
- 34 A previsão de “obrigações recíprocas” afasta a incidência das chamadas cláusulas exorbitantes.

Com relação à formalização e à rescisão dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens subseqüentes.

- 35 É dispensável o termo de contrato e facultada a sua substituição por outros instrumentos previstos na lei, a critério da administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- 36 O atraso injustificado no início de uma obra, serviço ou fornecimento não configura causa suficiente para rescisão contratual.

Com relação ao processo licitatório, julgue os itens que se seguem.

37 A revogação da licitação é ato discricionário da administração, não cabendo contra ele qualquer recurso administrativo.

38 Nas licitações internacionais, a modalidade de licitação deve ser, em regra geral, a concorrência, admitida a tomada de preços e o convite, nas hipóteses excepcionais taxativamente previstas no estatuto.

Com referência a servidores públicos, julgue os seguintes itens.

39 Os servidores públicos estaduais têm assegurados os direitos previstos na Constituição Federal, podendo, ainda, ter assegurados outros direitos, por força de legislação local.

40 Considere a seguinte situação hipotética.

André, servidor público, recebia determinada gratificação há mais de 5 anos. Por força de nova legislação, que passou a reger a remuneração de seu cargo e extinguiu a referida gratificação, ele deixou de recebê-la.

Nessa situação, André faz jus à restauração da gratificação, como vantagem individual, a título de direito adquirido.

Acerca da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual, julgue os itens subseqüentes.

41 A LDO é proposta no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo e tem vigência até o primeiro ano do mandato seguinte.

42 O projeto de lei orçamentária anual tem de ser subordinado tanto à LDO quanto ao plano plurianual; já as emendas ao projeto de lei orçamentária não têm de se submeter a esse exame de compatibilidade.

43 De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de LDO deve ter um anexo de metas fiscais.

44 Apesar do princípio da não-vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, uma parcela da arrecadação dos impostos é destinada à saúde.

conta	Saldo em 31/10/2004
fornecedores	18.570,00
banco conta movimento	50.000,00
contas a receber	35.874,00
energia elétrica a pagar	993,00
estoque de mercadorias	25.780,00
material de consumo	5.870,00
títulos descontados	12.590,00
lucros ou prejuízos acumulados	91.121,00
capital social	27.800,00
provisão para desvalorização de estoques	2.580,00
depreciação acumulada	98.785,00
ágio na emissão de debêntures	10.000,00
receita de vendas	187.000,00
veículos	65.879,00
móveis e utensílios	34.587,00
máquinas e equipamentos	17.987,00
terrenos	36.698,00
prédios	78.598,00
ações de outras companhias	13.587,00
compras de mercadorias	58.974,00
despesas de energia elétrica	993,00
deságio na emissão de debêntures	12.587,00
empréstimos a pagar	12.570,00
despesas de aluguel	2.870,00
salários a pagar	13.287,00
despesas de manutenção	4.879,00
frete sobre compras	368,00
deduções sobre vendas	18.790,00
aluguel a pagar	1.587,00
debêntures a pagar	87.564,00
despesas de material de consumo	2.580,00
deduções sobre compras	1.274,00
despesas de depreciação	2.000,00
despesa de juros	158,00
frete sobre vendas	1.547,00
seguros sobre compras	987,00
despesas de salários	48.700,00

Considerando que o saldo inicial da conta estoque de mercadorias da empresa XYZ — à qual se referem as contas, em reais, acima listadas — era de R\$ 16.870,00, julgue os itens a seguir sob a ótica da apresentação e composição das demonstrações contábeis.

45 O valor do lucro antes da apuração da demonstração do resultado do exercício é de R\$ 17.933,00.

46 O lucro bruto do período é de R\$ 136.855,00.

47 O total do ativo circulante é igual a R\$ 102.354,00.

48 O patrimônio líquido, após a apuração da demonstração do resultado, totaliza R\$ 128.500,00.

49 Caso a empresa XYZ deixe de efetuar o lançamento correspondente à despesa de depreciação, o ativo circulante será superavaliado em R\$ 2.000,00.

50 O ativo totaliza R\$ 266.075,00.

51 Caso a empresa considere o valor do estoque inicial superavaliado em R\$ 500,00, o valor do custo da mercadoria vendida estará subavaliado em R\$ 500,00.

52 O total do passivo circulante é igual a R\$ 121.984,00.

Acerca de contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

- 53 No balanço orçamentário, deve ser evidenciado o valor de receitas de serviços.
- 54 A alienação de bens móveis é considerada receita corrente.
- 55 A receita tributária incorpora o valor obtido com a arrecadação de tributos e é considerada receita corrente.

Os indicadores e dados básicos para a saúde no Brasil da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), divulgados em 2003, apresentam dados demográficos e socioeconômicos de 2002 e de mortalidade referentes ao ano de 2001. Acerca desses dados, julgue os itens seguintes.

- 56 As doenças do aparelho circulatório são a principal causa de morte no Brasil.
- 57 A taxa de mortalidade por homicídios é maior que a de acidentes envolvendo veículos de transporte.
- 58 A taxa de fecundidade total, igual a 2,2 nascidos vivos por mulher, está em decréscimo no país.
- 59 A esperança de vida ao nascer é maior para os homens do que para as mulheres, tendo em vista os problemas enfrentados pelas mulheres relativos à gravidez, ao parto e ao puerpério.

No que se refere ao Sistema Único de Saúde (SUS), criado juridicamente na Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

- 60 As instituições privadas podem participar do SUS de forma complementar.
- 61 A direção do SUS é única em cada esfera de governo.
- 62 Cabe ao Ministério da Educação ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde.
- 63 Uma das diretrizes do SUS é o atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas.
- 64 A saúde é um direito exclusivo de todos os cidadãos brasileiros que estejam em dia com suas contribuições mensais à previdência social.
- 65 A comercialização da coleta, do processamento e da transfusão de sangue e seus derivados é permitida, desde que prevista em lei.

A vigilância epidemiológica pode ser conceituada como a coleta, a análise e a disseminação de informações relevantes para a prevenção e o controle de um problema de saúde pública. A partir desse conceito, julgue os itens a seguir.

- 66 As doenças sujeitas ao Regulamento Sanitário Internacional são a AIDS, a febre amarela e a cólera.
- 67 A vigilância atual da poliomielite busca a detecção precoce de paralisia flácida aguda e crônica em crianças.
- 68 A febre amarela urbana é endêmica no Brasil desde 1942.
- 69 A incidência de difteria no Brasil está em declínio há mais de 20 anos.
- 70 A redução da transmissão natural da doença de Chagas é feita, no Brasil, mediante o combate ao vetor da doença.

<p>Acerca dos principais indicadores epidemiológicos, julgue os itens a seguir.</p> <p>71 O coeficiente de letalidade de uma doença mede a sua gravidade.</p> <p>72 A prevalência de uma doença é o conjunto dos casos novos dessa doença ocorridos em um determinado período de tempo e em um determinado lugar.</p> <p>73 Os valores do indicador de Swaroop-Uemura (mortalidade proporcional de pessoas com idade igual ou superior a 50 anos) dependem da estrutura etária da população estudada.</p> <p>74 A mortalidade materna abrange todos os óbitos de mulheres em idade fértil, independentemente da causa do óbito.</p>	<p>85 É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo por meio de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos, excetuando-se os serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.</p>
<p>Com relação ao dever do Estado de garantir a saúde da população, julgue os itens seguintes.</p> <p>75 A formulação e a execução de políticas econômicas de redução de risco de adoecimento da população é um dispositivo legal.</p> <p>76 Os usuários de planos de saúde privados não devem ter acesso aos serviços públicos de saúde, os quais destinam-se aos desprovidos de recursos financeiros.</p>	<p>Os diferentes níveis de direção do SUS têm competências específicas. Quanto a essas competências, julgue os itens a seguir.</p> <p>86 Cabe à direção municipal competente controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.</p> <p>87 Entre as competências da direção nacional do SUS exercidas pelo Ministério da Saúde, inclui-se a de executar ações de saneamento básico.</p> <p>88 Cabe à direção estadual do SUS gerir sistemas públicos de saúde que desenvolvem procedimentos de alta complexidade de referência estadual e regional.</p>
<p>Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens a seguir.</p> <p>77 A inspeção de alimentos, águas e bebidas de consumo humano é uma das competências do SUS.</p> <p>78 A execução das ações de saneamento básico não pertence ao campo de atuação do SUS.</p> <p>79 A proteção do meio ambiente, incluindo o do trabalho, não é legalmente responsabilidade do SUS.</p> <p>80 As ações de saúde do trabalhador estão excluídas do campo de atuação do SUS.</p> <p>81 O SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público.</p> <p>82 A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, estão incluídas no campo de atuação do SUS.</p> <p>83 De acordo com as normas e diretrizes do SUS, o estabelecimento de políticas de atendimento e prioridades no tocante às suas ações deve ser feito principalmente em função da infra-estrutura já instalada e da disponibilidade de profissionais altamente qualificados no município/região.</p> <p>84 Compete ao SUS promover a centralização dos serviços e ações de saúde na esfera federal para, dessa forma, promover a racionalização dos gastos e a otimização da aplicação dos recursos.</p>	<p>Os conselhos de saúde, em cada nível de governo, constituem instâncias de participação social no SUS. No referente a esses conselhos, julgue os itens que se seguem.</p> <p>89 A representação dos usuários é de um terço da participação do conjunto dos demais segmentos.</p> <p>90 As decisões dos conselhos necessitam de homologação por autoridade da esfera de governo correspondente.</p> <p>91 Os prestadores de serviços privados de saúde não devem participar da constituição dos conselhos.</p> <p>92 Cabe aos conselhos a fiscalização dos recursos financeiros do SUS.</p> <p>93 Os conselhos de saúde têm caráter permanente e são deliberativos.</p> <p>As doenças ocupacionais e os acidentes do trabalho são atualmente uma importante área da saúde pública. Com relação a esse tema, julgue os seguintes itens.</p> <p>94 Os acidentes ocorridos no trajeto entre o local do domicílio e o local de trabalho não são considerados acidentes do trabalho.</p> <p>95 O chumbo é o metal associado a intoxicações de trabalhadores em fábricas de baterias de veículos automotores.</p> <p>96 As pneumoconioses estão associadas à exposição a poeira mineral, como sílica e asbesto.</p> <p>Considerando a combinação de critérios utilizados para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, julgue os itens subseqüentes.</p> <p>97 O número de habitantes é um critério fundamental para o estabelecimento de valores a serem transferidos.</p> <p>98 A presença ou não de serviços privados de saúde deve ser considerada no cálculo dos valores a serem transferidos.</p> <p>99 É obrigatória a existência e o funcionamento de conselhos de saúde.</p> <p>100 Não é determinante a existência de fundos municipais e estaduais de saúde.</p>

O município de Caruaru – PE constitui, segundo as diretrizes da NOAS-01, o que se considera um município-pólo, porque apresenta papel de referência em todos os níveis de atenção à saúde. Acerca de município-pólo, julgue os itens a seguir.

101 Representa a base territorial mínima a ser submetida à aprovação do Ministério da Saúde e da Comissão Intergestores Tripartite para qualificação na assistência à saúde.

102 Não precisa submeter à Comissão Bipartite Estadual a identificação das prioridades de intervenção em cada região/microrregião.

103 Precisa comprovar a estruturação do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria.

Para acompanhar as atividades dos municípios, é preciso conhecer a Programação Pactuada e Integrada (PPI), aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite, pois ela deverá nortear a alocação de recursos federais da assistência entre municípios pelo gestor estadual, resultando na definição de limites financeiros para todos os municípios do estado, independentemente da sua condição de habilitação. Os recursos financeiros, além dos próprios, com que uma unidade federativa conta como limite financeiro global, significam a somatória das diversas parcelas que a União deve fornecer ao município. Essas parcelas de recursos financeiros incluem

104 a de atendimento da população residente sob gestão municipal.

105 a proveniente do ingresso de ICMS.

106 a destinada ao atendimento das referências intermunicipais.

107 a destinada ao atendimento da população residente sob gestão estadual.

108 outros recursos sob gestão estadual, alocados nos municípios ou na Secretaria Estadual de Saúde.

A Constituição designou ao Ministério Público três tarefas: zelar pelo regime democrático, fiscalizar o cumprimento da lei e defender os direitos coletivos.

Humberto Jacques Medeiros. In: **Quando o sistema corre risco, temos que reagir de pronto**. Rio de Janeiro, RADIS, n.º 26, ENSP, outubro/2004, p. 15.

Os princípios constitucionais acima citados devem nortear a atuação de auditores das contas públicas na área da saúde. Nesse contexto, julgue os seguintes itens.

109 O auditor deve seguir os passos estabelecidos na legislação, para que o sistema de saúde possa utilizar adequadamente os recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis para os objetivos propostos.

110 Quando observado um desvio de recursos financeiros na saúde, a instância imediata para a atuação do auditor é o Conselho Regional de Contabilidade e, a seguir, o Sistema Nacional de Auditoria, que é o controle interno do SUS.

As ações de um auditor das contas públicas na área de saúde devem ser tomadas no sentido de que

111 as diretrizes e prioridades da política estadual de saúde e os parâmetros de programação, em sintonia com a agenda de saúde e metas nacionais, sejam discutidos com os gestores municipais, aprovados pelos conselhos estaduais e implementados em fóruns regionais e(ou) microrregionais.

112 a alocação de recursos, centrada em uma lógica de atendimento às reais necessidades da população, seja orientada pelos interesses dos prestadores de serviços.

113 seja explicitado o modelo de gestão, com a definição das responsabilidades inerentes ao exercício do comando único e de forma coerente com as condições de habilitação da unidade federativa.

114 seja analisada a coerência entre a programação, a produção e o faturamento apresentados pela unidade gestora.

115 sejam implementadas críticas possibilitadas pelos sistemas informatizados quanto à consistência e confiabilidade das informações contábeis disponibilizadas pelos prestadores de serviços de saúde.

Os municípios habilitados em gestão plena da atenção básica ampliada estarão passíveis de desabilitação quando

116 assumirem e cumprirem somente 90% das responsabilidades pactuadas na habilitação do município.

117 apresentarem situação irregular na alimentação dos bancos de dados nacionais, estabelecidos como obrigatórios pelo Ministério da Saúde, por 2 meses consecutivos ou 3 meses alternados.

118 utilizarem critérios para investimentos em saúde ligados às pressões de prestadores de serviço, prefeitos, governadores e políticos por meio de emendas parlamentares.

119 apresentarem irregularidades que comprometam a gestão municipal, identificadas pelo componente estadual e(ou) nacional do Sistema Nacional de Auditoria.

Farmácia Popular: mais uma unidade carioca do Programa Farmácia Popular do Brasil inaugurada em 17 de setembro, fica na Praia do Galeão, n.º 100, Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro.

RADIS — Comunicação em saúde. Rio de Janeiro, ENSP, n.º 26, outubro/2004 (com adaptações).

Com relação ao assunto do texto acima, julgue o item abaixo.

120 Para utilizar a Farmácia Popular, o usuário não precisa necessariamente apresentar uma receita médica ou odontológica emitida pela rede pública ou particular.

